

# Trabalhadores livres sob a ordem escravocrata: origens e trajetórias da nossa exclusão social

Everton Werneck de Almeida<sup>1</sup>

## Apresentação

No presente trabalho que por ora iniciamos apresentar, manter-se fiel aos objetivos do curso caracterizará todas as páginas que se seguirão, desde a presente parte inicial até as suas concludentes. Entretanto, se propõe ao objetivo de compreender a formação social do Brasil, sua específica conformação e diferenciação em classes sociais, bem como entender as lutas políticas que perpassam tal estrutura social complexa, seria um tema para lá de amplo, escapando às nossas possibilidades por razão de tempo, espaço, recursos materiais disponíveis e etc. logo, se impõe a necessidade de um recorte em nossa temática, sem, contudo, fugir ao objetivo maior acima colocado.

Assim sendo, optou-se por focar, neste escrito, a questão do trabalho livre no Brasil colonial, visto como crucial pelas implicações deste para a formação social brasileira, no geral, e, em particular, para o mercado de trabalho nacional a ser constituído já no sec. XIX<sup>2</sup>. Desde já, se trata sim de explicitar a hipótese subjacente a este trabalho (e que também veio a mostrar a escassez de nosso tema), qual seja: a estrutura social do Brasil colônia, centrada no binômio proprietário monocultor versus escravo, deixava muito pouco espaço para a integração social do trabalhador livre e pobre, para quem a rígida estrutura hierarquizada do período escravista muito tolhia suas possibilidades de sobrevivência<sup>3</sup>. Sem embargo, tal quadro não se modifica (ao menos consideravelmente) com a emancipação política do Brasil em 1822, perdurando ao longo do período imperial de nossa história<sup>4</sup>, arrastando-se até os anos de 1888-1889, anos de abolição da escravidão e proclamação da república, respectivamente. Isso posto, na acepção aqui defendida, essa suposta estrutura hierarquicamente rígida restou enquanto uma pesada “herança” para o nosso Brasil contemporâneo, herança esta impossível de ser ignorada caso se queira realmente compreender o que de fato há de específico na formação social brasileira, na configuração de suas classes sociais e em seus possíveis embates políticos.

Motivação a mais para a escolha do tema “trabalhadores livres no Brasil escravista” encontramos no fato de nossa futura dissertação trazer como temática principal a economia solidária enquanto política pública. É amplamente conhecido o fato de que as iniciativas de economia solidária são voltadas para a constituição e o fomento de empreendimentos cuja meta principal é a geração de trabalho e renda para grandes contingentes de trabalhadores desempregados e /ou inseridos em atividades precárias e instáveis<sup>5</sup>. Embora a atual situação do mundo do trabalho, marcado pelo desemprego em massa e pela precarização, seja fruto do processo de reestruturação capitalista<sup>6</sup>( no Brasil vivenciado a partir dos anos 1990), há que se adicionar a esta uma outra explicação, a histórica incapacidade da economia nacional em gerar emprego para a maior parte da nossa população economicamente ativa, gerando os fenômenos da “marginalidade urbana”, do

---

<sup>1</sup> Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrando em serviço social pela Universidade estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da rede estadual de educação do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Segundo Barbosa (2008), o período colonial e escravista brasileiro seria marcado pela existência de um “não mercado de trabalho”, ou seja, não havia, à época, a comercialização da mão de obra humana tal qual uma mercadoria, característica inerente e indispensável para uma economia genuinamente capitalista. De acordo com esse mesmo autor, o século XIX brasileiro seria marcado pela paulatina construção de um mercado do tipo supracitado.

<sup>3</sup> A respeito, ver: Kowarick (1994); Caio Prado Júnior (1994) e Freyre (2006).

<sup>4</sup> A respeito, ver: Barbosa (2008).

<sup>5</sup> A respeito, ver: Singer (2002) e Cattani (2003).

<sup>6</sup> Quanto a isto, a literatura é tão extensa que parece haver um certo “consenso” a respeito. Alves (2000); Fernandes (1996); Teixeira (1998); Alencar (2008); Alves e Tavares (2006).

“trabalho informal”, do “trabalhador por conta própria”... e etc<sup>7</sup>. Portanto, exatamente neste ponto de encontro, a injunção que nos liga ao tema do presente estudo, vejamos: a histórica incapacidade do processo de acumulação capitalista nacional de absorver mão de obra em níveis relativamente altos. Aqui, afirma-se que o período escravocrata de nossa história nos deixou um legado em termos de mercado de trabalho, dando importante contribuição a grande questão nacional posta mais acima.

### **1-A localização teórico-conceitual do trabalho livre sob a hegemonia escravista**

Por que razão, quando da expansão ultramarina, se fez a “opção” exatamente pela mão de obra escrava e africana? Por que, desde sempre, não se utilizou outros tipos de relações de produção? Estas são questões interperguntas que conduzem a uma reflexão sobre a gênese da empresa colonial intitulada Brasil. Para Kowarick (1994), uma de nossas principais referências na confecção deste estudo, a empresa colonial Brasil é fundada sob a égide de um processo de acumulação primitiva voltado à transfusão de excedentes para o capitalismo mercantil europeu então em ascensão. Neste sentido, a mão de obra escrava seria a mais afeita às jornadas extremamente longas e ao máximo rebaixamento dos níveis de subsistência de trabalhador necessários à extração de valor. O mesmo autor assinala ainda que, em um contexto repleto de terras devolutas, a adoção do assalariamento se tornaria caro demais, na medida em que a classe proprietária precisaria oferecer vantagens e remunerações mais atrativas do que a alternativa das atividades de subsistência, iniciativa impensável, dentro de um movimento de acumulação primitiva. Fator adicional a motivar a “opção” pela escravidão feita pelos colonizadores europeus, ainda segundo Kowarick, encontraríamos na importância do tráfico negreiro para aquele mesmo processo de acumulação primitiva.

Contudo, feita a escolha de calcar a produção colonial na mão de obra escrava, o contingente de trabalhadores pobres e livres não cessou de crescer<sup>8</sup>. A estrutura econômica montada na colônia centrava-se no binômio monocultura/trabalho escravo, onde todos os fatores de produção eram combinados a fim de prover de artigos tropicais o comércio europeu. Legalmente respaldado pela figura do pacto colonial, se construiu no Brasil uma estrutura socioeconômica estreita e rígida, hierarquizada, um ordenamento econômico que impedia a reinversão dos excedentes gerados pela atividade exportadora em outras atividades produtivas, impedindo sobremaneira a expansão e a diversificação da economia brasileira de então. Logo, estava à imensa massa de pobres e livres atividades de subsistência incipientes, irregulares e de baixa produtividade, ou, no limite, vagar ao longo do território nacional sem rumo certo. Por outro lado, poderia aventar-se uma pequena produção de artigos de primeira necessidade com vistas ao abastecimento daqueles grandes unidades exportadoras e sua população como sendo uma alternativa de sobrevivência para os livres e pobres daquele momento. Porém, informa-nos Kowarick (1994) que muitas mercadorias eram enviadas para a colônia pela metrópole, provavelmente outro lado da balança comercial (a importação) também destinado a gerar excedentes para a metrópole europeia.

Dito tudo isto, em resumo seria esta a situação do trabalhador livre sob a ordem colonial e escravocrata:

“(...) uma sociedade de características estamentais, que se antepunha ao surgimento de modalidades produtivas outras do que as centradas na produção de artigos tropicais e que só poderia levar à desclassificação de todos aqueles que não encontrassem lugar na rígida e dicotomizada ordem escravocrata” (Kowarick, 1994, p.27).

---

<sup>7</sup> Remonto aqui ao intenso e amplo debate em torno dos conceitos de trabalho informal, marginalidade urbana, arcaico X moderno e etc., envolvendo grandes nomes das ciências sociais brasileira e latino-americana durante as décadas de 1960 e 1970. Oliveira (1976); Kowarick (1985); Prandi (1978), entre outros.

<sup>8</sup> “No final do século XVIII, a população residente no Brasil atingia quase três milhões de habitantes, dos quais quase a metade era formada por livres e libertos: indivíduos de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora” (Kowarick, 1994, p.27).

Em *A ideologia alemã*, Karl Marx expõe sua concepção materialista da história, pela qual as condições materiais de existência de um indivíduo seria, em certa medida, determinantes de suas ideias ou maneiras de pensar e ver o mundo que o rodeia<sup>9</sup>. Quanto a isto, o caso dos trabalhadores livres do Brasil colonial seria emblemático. Sobre toda a estrutura econômica excludente descrita até aqui, soergueu-se uma superestrutura de preconceitos contra tais trabalhadores, tidos como vadios e imprestáveis para o trabalho regular e disciplinado das grandes unidades produtivas da época<sup>10</sup>. Assim eram vistos, sobretudo pelos proprietários de terras. Entretanto, admite-se, de fato, pelo lado dos próprios trabalhadores livres, certa aversão ao trabalho, porém ao trabalho verificado nas grandes unidades monocultoras, sabidamente degradante da condição humana, tal qual imposto aos escravos. Era a um tipo de trabalho que o trabalhador livre possuía aversão, preferindo desempenhar outras atividades, intermitentes e que lhes garantisse um nível mínimo de subsistência sem, contudo, sujeitar-se ao “aviltamento” da mesma condição do cativo. Certamente é esta a origem da figura de “vadios” atribuída aos trabalhadores livres da ordem escravocrata.

### **1.1-O Trabalho Livre em Caio Prado Júnior**

Lançando mão de trabalho escravo na esmagadora maioria das atividades da colônia, muito pouco espaço sobrava para o homem livre a não ser a criminalidade. Além disso, a questão racial se sobrepunha a questão classista, levando à assimilação entre certos trabalhos e os negros, tornando estas ocupações algo abominável para livres e não-negros. A subsistência para aqueles que viviam entre a base e o vértice da pirâmide social brasileira se via dificultada por todos os lados, pois em algumas outras ocupações só eram aceitos brancos (caso das funções públicas), em outros somente brancos genuinamente portugueses (comércio) e, para o caso das profissões liberais, o alto custo dos estudos constituía uma grave barreira.

“Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma...” (Prado Júnior, 1994; p.281).

E o que fazia para sobreviver essa massa de homens “livres”? Alguns viviam em lugares afastados dos grandes centros, no interior do país, praticando atividades de subsistência; outros se aproximavam dos clãs patriarcais e neles se transformavam em “agregados”, “moradores do engenho”, contribuindo decisivamente para o aumento da clientela e, com isto, do poder do senhor do engenho; por último, houve aqueles que enveredaram pelo caminho do crime, parte deles sendo recrutados em “milícias” interioranas, prontas para servirem aos propósitos dos “coronéis”, ao passo em que outros permaneciam nas áreas urbanas, praticando atividades ilícitas e sendo “dor de cabeça” para os governantes do momento.

Mesmo sem aprofundar muito a questão, Caio Prado Júnior ressaltou a importância da participação destes elementos destituídos e “livres” nas lutas políticas que perpassam a história, principalmente a do império brasileiro.

---

<sup>9</sup> “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (Marx, 1982, p. 14).

<sup>10</sup> Vide o título da obra de Lúcio Kowarick, *“Trabalho e Vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil”*.

Para o autor de “A formação do Brasil contemporâneo”, do ponto de vista econômico, a grande lavoura voltada para o comércio de exportação monopolizava os fatores de produção presentes, deixando bem pouco espaço para outras atividades minimamente rentáveis.

“No ambiente asfíxiante da grande lavoura, vimo-lo noutra capítulo, não sobra lugar para outras atividades de vulto...” (Prado Júnior, 1994; p.285)

## 1.2-O trabalho livre em Sergio Buarque de Holanda

A princípio, destacam-se as semelhanças porventura observadas entre Holanda (2009) e as demais referências utilizadas até aqui<sup>11</sup>. Ao que tudo indica, parece ser consenso a pouca ou quase nenhuma diversificação da economia colonial, centrada na monocultura agroexportadora. Em relação a isto, Holanda (2009) sublinha as dificuldades encontradas no Brasil para “a organização dos ofícios segundo moldes trazidos do reino” (p. 57). O predomínio da escravidão, a indústria caseira presente nas grandes propriedades, tornando-as autônomas e, ao mesmo tempo, fazendo débil o comércio, além da escassez de artífices livres nas cidades. Ademais, vale ressaltar que, diferentemente do ocorrido no restante do mundo, no Brasil, a riqueza e pujança das áreas rurais se faziam à custa do esvaziamento do urbano, espaço visto como lugar de passagem, do transitório, destinado às festas e outros eventos sociais, além de sediar as tarefas de cunho político-administrativo. A vida “normal”, a habitação regular da grande maioria da população, se dava isto sim, em torno das grandes atividades rurais.

Então, o que *Raízes do Brasil* trouxe de novo para a compreensão do fenômeno do trabalho livre sob a égide escravista? Marca a obra supracitada a busca pela compreensão de aspectos culturais psicossociais específicos ao povo português, traços considerados como determinantes no empreendimento colonialista que se deu no Brasil. A certa altura do livro em análise, faz-se uma distinção entre dois tipos ideais, quais sejam: o aventureiro e o trabalhador, dois tipos psicossociais totalmente distintos<sup>12</sup>. No entendimento de Holanda (2009), os portugueses que se lançaram à colonização brasileira levavam consigo o princípio do aventureiro, a nortear a maioria das ações da empreitada colonizadora<sup>13</sup>. Com efeito, o “aventureiro” se fará presente em outros espaços da sociedade colonial, inclusive nos ofícios urbanos, onde, segundo o autor, “reinavam o mesmo amor ao gênero fácil e a infixidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhos rurais” (p. 58). Continuando, escreve Holanda (2009) que “poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo” (p. 59).

Tudo isso se aproxima das colocações feitas por Kowarick (1994) a respeito da falta de disciplina para o trabalho regular verificada nos trabalhadores livres do período escravista, por isso chamados de “vadios”. A ocupação em pequenas atividades de subsistência e irregulares caracterizadores desse mesmo estrato de “livres”, ainda segundo Kowarick (1994), consistia na

---

<sup>11</sup> Kowarick (1994); C. P. Júnior (1994); Freyre (2006) e Holanda (2009).

<sup>12</sup> O tipo aventureiro foi assim descrito em Holanda (2009): “(...) seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore... Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo todo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim” (p.44). Já em relação ao seu oposto, o tipo trabalhador, escreve o mesmo autor que: “O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente” (p. 44).

<sup>13</sup> Quanto a esse conceito, Cohn (1991) afirma o seguinte: “consiste em enfatizar determinados traços da realidade... até conhecê-las na sua expressão mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. Por isso mesmo esses tipos necessitam ser construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das ideias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos...” (p. 8).

outra face dessa mesma moeda. Outra vez a caracterização de Holanda (2009) casa-se muito bem com a de Kowarick (1994): ambos constataam a volatilidade desse amplo contingente de trabalhadores, ao mudarem constantemente de afazeres ao sabor das circunstâncias e da lucratividade de uma ou outra tarefa.

No mais, não podemos esquecer a conotação negativa atribuída a qualquer trabalho manual nesse mesmo período histórico. *Raízes do Brasil* informa que mesmo as classes subalternas partilhavam desta ideia, originando uma atmosfera bem hostil às ocupações mecânicas e ofícios urbanos em geral. Tal negatização das ocupações mecânicas se deve, ainda de acordo com a obra citada, aos arroubos de nobreza próprios à cultura portuguesa, onde, por conta de uma menos rígida estratificação social, todos aspiravam à condição de nobre, inclusive aderindo aos ideais e valores próprios a essa classe. Juntando a isso o fato de serem algumas ocupações mal vistas por geralmente serem atribuídas aos negros e escravos, completa-se o quadro adverso ao trabalho mecânico ou manual, atividades passíveis de serem desempenhadas pelos homens livres e pobres daquele momento.

### 1.3-O trabalho livre em Gilberto Freyre

Para irmos “direto ao ponto”, Freyre recoloca um debate muito importante e disseminado até os idos da década de 30 do século passado (momento em que está lançando a obra abordada), acerca das deficiências físicas, estéticas, de saúde, psicológicas e de produtividade econômica dos brasileiros, sobretudo os mestiços. Eram recorrentes e muito propaladas as teses afirmativas do efeito degenerativo ocasionado pela mistura de raças e pelo clima brasileiro, responsáveis últimos pela série de deficiências do elemento nacional acima apontadas. Ponderando tais teses, o cientista social pernambucano chama a atenção para possíveis deficiências nutricionais enquanto prováveis causas para as citadas imperfeições do brasileiro, sobretudo dos mestiços, conforme já observado. Coerente com sua formação acadêmica, Gilberto Freyre vai em busca de causas sociais para o problema e as encontra na organização econômica nacional, mais precisamente na hegemonia incontestada da monocultura latifundiária e escravocrata voltada para o mercado mundial. Segundo o autor, a entidade produtiva dominante citada reunia para seus fins quase a totalidade dos recursos produtivos disponíveis (as melhores terras, o grosso da mão de obra e demais capitais), bem pouco restando para uma hipotética produção de subsistência voltada para o mercado interno, isto implicando em uma situação de permanente desabastecimento de gêneros de primeira necessidade (principalmente gêneros alimentares) na colônia.

Dentro desse quadro de escassez de bens de subsistência, principalmente os de tipo alimentar, se teve a manifestação aguda da desigualdade social no país, seja pelo lado da produção, seja pelo lado do consumo desses bens escassos.

Pensem a produção de tais bens alimentares: com a massa dos negros escravos ocupados no setor agricultor ou em tarefas domésticas única e exclusivamente aos homens brancos e de posses, restaria aos trabalhadores pobres e livres quais alternativas de sobrevivência? Uma hipótese factível encontrar-se-ia exatamente nestas atividades de produção de gêneros de primeira necessidade<sup>14</sup>. Contudo, independente do grau de participação e inserção dos “livres” nessas funções, o certo é que, a partir da leitura de Freyre (2006), o mínimo que se percebe é a relativa insuficiência e debilidade desta parte da economia colonial, incorrendo em uma perspectiva pouco animadora no que concerne à inserção do “livre” na ordem socioeconômica do período escravocrata.

Por outro lado, há a questão da distribuição e consumo desses raros gêneros alimentícios. Freyre (2006) afirma serem os senhores proprietários e os escravos aqueles integrantes da colônia menos mal alimentados; os primeiros por estarem na qualidade de classe dominante, ao passo que

---

<sup>14</sup> Boa parte desses gêneros de primeira necessidade mandava importar os senhores de terras para consumo seu e de sua família (atitude garantida e reforçada pelo pacto colonial). No entanto, nada se podia garantir sobre a qualidade dos importados, uma vez que as condições de transporte e acondicionamento dos víveres não eram das melhores.

os negros cativos obtinham alguma alimentação simplesmente por suportarem e reporem as grandes somas de energia gastos na pesada rotina de labuta. Afora esses, ainda *Casa Grande e Senzala* mostra-nos que o grande contingente de homens livres e não proprietários jazia em flagrante subnutrição, tornando-os expoentes próximos de todas aquelas mazelas outrora citadas. Não por acaso Kowarick (1994) trata da construção social da figura dos “vadios”: muito provavelmente (e isto foi afirmado por Gilberto Freyre) a subnutrição também atingia a produtividade do trabalhador livre, os quais acabavam tomados como inadaptados para o trabalho ou, simplesmente, “vadios”, reforçando os preconceitos e estereótipos que os mantinham às margens da sociedade colonial.

## **2- A transição escravidão-trabalho livre:do não-mercado ao mercado de trabalho**

### **2.1-O declínio da escravidão**

Completado o processo de independência política nacional e conseqüente abolição oficial do pacto colonial, decaem todos os empecilhos político-legais para que a economia brasileira pudesse manter em seus domínios um tanto do excedente gerado na produção, passo inicial para uma possível diversificação da economia. Ademais, passava a “dar as cartas” na economia nacional a produção do café<sup>15</sup>, ocupando o lugar que outrora havia sido da cana-de-açúcar e do ouro, inclusive repetindo o modelo monocultor, voltado para o mercado internacional e baseado na mão de obra escrava. Embora alcançada a plena autonomia política, pouca coisa mudou na realidade socioeconômica nacional: as classes proprietárias logravam êxito na manutenção do regime de trabalho escravocrata, sob a velha alegação de que os “livres” seriam “vadios”, inservíveis ao trabalho regular e disciplinado exigido então pelas plantações de café<sup>16</sup>.

Porém, politicamente vitoriosos quando da manutenção da escravidão, a classe dos senhores de terras já começava a assistir às pressões e oposições ao trabalho escravo, tanto no plano nacional, quanto no internacional. A começar pelo exterior, a Inglaterra (naquele momento potência hegemônica) capitaneava intensa campanha contra a escravidão, uma vez que na nova ordem capitalista não haveria espaço para a situação do trabalho cativo. Foi nessa perspectiva que teve lugar, em meados do século XIX, a proibição do tráfico de negros escravos, passo inicial no processo abolicionista que se desenrolará até a culminância em 1888 (ano da famosa lei áurea), com importantes implicações para a realidade brasileira de então, conforme se verá posteriormente.

Internamente, mais uma vez para contrariar a tão propalada tese da apatia do povo brasileiro<sup>17</sup>, as ações contrárias, à escravidão ganhavam corpo, seja nas rebeliões, fugas e formação de quilombos, seja na ação parlamentar de certos políticos<sup>18</sup>.

No mais, apesar de estar intimamente imbricada aos interesses econômicos da nova ordem capitalista, havia sim, ao menos em alguns, preocupações humanísticas com relação à degradante situação do cativo<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> Bem lembra Kowarick (1994) que, em relação às monoculturas de açúcar e do ouro, a situação do produto café no mercado mundial era bem melhor, pois menor era a concorrência e sua cotação, alta.

<sup>16</sup> Tanto Kowarick (1994) quanto Barbosa (2008) informam a existência de uma rejeição mútua, ou seja, os trabalhadores livres também rejeitavam as condições laborais imperantes nas lavouras monocultoras, consideradas análogas à condição degradante de escravo.

<sup>17</sup> Ianni (2004) mostra-nos um punhado de teses girando em torno da ideia de “sociedade civil amorfa”, inexistência de sociedade civil e etc., grande parte delas visando justificar condutas estatais autoritárias.

<sup>18</sup> Em Barbosa (2008) consta que alguns desses políticos chegaram a mediar a relação destes quilombos com a sociedade e suas instituições.

<sup>19</sup> Tudo aquilo que o materialismo histórico nos ensina acerca da relação entre Base material e superestrutura parece se encaixar aqui. Neste caso, as condições materiais (ascensão do capitalismo em contradição com as relações escravistas) estariam condicionando a formação de ideias pró-humanitárias, contrárias à condição aviltante da escravidão. Sobre isto, ver Marx (1982).

## 2.2-A ascensão do trabalho livre

Traçado esse breve panorama da escravidão no Brasil, então monárquico, temos a seguinte conclusão parcial: o fim do trabalho escravo era algo que, dia após dia, se impunha, não restando outro caminho senão a adequação deste fato aos interesses da classe cafeeira, sob a ótica das classes dominantes. Neste ponto vale lembrar Otávio Ianni, quando este discorre sobre a tradição política autoritária e conservadora do Brasil, lembrando a tese da revolução passiva e o recorrente esforço, por parte das elites nacionais, em alijar as classes dominadas dos momentos de maior e mais importantes transformações políticas<sup>20</sup>.

De volta ao tema do processo de abolição da escravatura, esta foi feita, conforme assinalado, adequando-a aos interesses dominantes da grande lavoura do café. Cessado o abastecimento de novos escravos por conta do fim do tráfico, tratam as elites dominantes de por a si mesma e ao Estado os seguintes objetivos: evitar a perda do capital investido na compra dos escravos e uma possível crise de falta de mão de obra. Isso posto, a abolição só poderia realizar-se de forma lenta e gradual. *Pari passu*, tratou-se de buscar uma alternativa que substituísse bem a mão de obra escrava, conservando o ritmo da produção e consequente lucratividade dos cafezais. De cara, pôs-se de lado a opção constituída pelos “livres”, haja vista a fama de “vadios” que sobre eles recaía<sup>21</sup>. Daí ganhar espaço a alternativa da importação de trabalhadores brancos europeus, provenientes dos mais diversos países, todos eles de antemão expropriados dos meios de produção e dispostos à submeterem-se à disciplina do trabalho<sup>22</sup>.

Outra importante política voltada para a substituição do trabalho escravo foi a contida na lei de terras<sup>23</sup>, promulgada em 1850. Em resumo, essa lei visava evitar que, em um país de dimensões continentais como o nosso, repleto de terras devolutas, o trabalhador livre buscasse a subsistência por conta própria, estabelecendo-se em pequenas propriedades, ao invés da submissão ao duro trabalho dos cafezais em troca de módicas remunerações.

## 3-Conclusões: apontamentos políticos e econômicos acerca da “perenidade” do trabalhador livre nacional. O papel da economia solidária

Somente a título de necessária complementação à exposição da segunda parte, assinalamos que a política de atração de imigrantes europeus, acompanhada do alijamento dos trabalhadores livres nacionais, deu-se nos grandes centros de economia mais dinâmica (em específico foi o caso de São Paulo). Outras áreas e regiões estagnadas buscaram outras iniciativas<sup>24</sup>.

Apesar de toda a diversidade regional, o trabalhador livre nacional (nosso objeto de dissertação) só vem a ser definitivamente incorporado aos grandes centros de acumulação capitalista já no século XX, quando a primeira guerra mundial, o descontentamento de alguns governos europeus com a situação vivida pelos colonos por aqui e a presença da influencia anarquista em meio aos imigrantes conduziram ao abandono de tal política migratória (Barbosa 2008). É nessa hora que se inicia um movimento de valorização do trabalhador nacional, empenhando muitos setores da sociedade na tarefa de desconstrução do mito da “vadiagem”, afim

---

<sup>20</sup> Ianni (2004).

<sup>21</sup> Em Kowarick (1994) consta que, por conta da referida situação, aos trabalhadores livres restavam as atividades mais penosas e mal remuneradas, principalmente em áreas decadentes.

<sup>22</sup> Barbosa (2008) dá pouco peso, em suas explicações ao racismo e suas decorrentes práticas de eugenia e “embranquecimento” da população nacional via mestiçagem com imigrantes brancos.

<sup>23</sup> A lei de terras, tornada efetiva em 1850, determinava que, a partir de então, a aquisição de terras devolutas teria de ser feita, exclusivamente, via compra. Tal determinação legal afastava os trabalhadores pobres e negros livres da possibilidade de adquirir um quinhão de terras para sua sobrevivência relativamente autônoma.

<sup>24</sup> De acordo com Barbosa (2008), em regiões como o estagnado nordeste, por exemplo, tal fato não se deu, bem como em áreas cafeeiras decadentes, como o Vale do Paraíba.

de que este contingente pudesse ser absorvido onde até então predominava o imigrante e seus descendentes.

Com toda certeza, o que se conseguiu mostrar até aqui, em relação aos trabalhadores livres debaixo da hegemonia escravista, foi uma linha de continuidade deste contingente de trabalhadores pobres no decorrer da história brasileira, desde a conformação monocultora e escravista do período colonial até a industrialização tardia experimentada pelo país no pós 1930. É isso mesmo. Subjaz por enquanto a hipótese de que tal contingente populacional expressivo, mesmo a partir da industrialização do país, permanece à margem dos centros dinâmicos da acumulação capitalista, problema bem mostrado pela progressão de obras destinadas ao estudo de fenômenos como a informalidade, a marginalidade urbana, o dualismo arcaico x moderno e etc.<sup>25</sup>.

Cardoso (1979), em seu célebre *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, nos dá uma chave importante para a compreensão desta crônica incapacidade tupiniquim de incorporar em seus principais processos produtivos grande número de seus habitantes. Na vulgarmente chamada “teoria da dependência”, há uma relação dialética entre a posição do país no mercado mundial e sua configuração socioeconômica e política interna, ou seja: alterações em nossa realidade interna implicariam em mudanças também no plano externo e vice-versa<sup>26</sup>.

Apesar de tudo, permanece atraindo a nossa curiosidade intelectual a incrível maneira com que certos traços de nossa formação social permanecem, sob as mais distintas situações históricas, econômicas, sociais políticas e culturais, arrastando-se do período colonial ao urbano e industrializado século XX. Exatamente nesta hora vale a pena novamente citar Ianni (2004) e a tradição política autoritária brasileira sublinhada por ele. O Brasil, em toda sua história, primou por trilhar o caminho da “modernização conservadora”, mudanças feitas, em última análise, não a mudar, mas conservar, sobretudo no que se refere ao poder das velhas oligarquias nacionais<sup>27</sup>. É no interior desta perspectiva que se precisa entender a manutenção de uma estrutura econômica sobremaneira excludente como a nossa.

Com efeito, a perenidade desta situação de “exclusão social”<sup>28</sup> no Brasil revela, sem sobra de dúvidas, sua importância, tanto sob o ponto de vista social e econômico, quanto pelo lado político. Economicamente falando, não é errado pensar nas contribuições direta ou indireta desta “não incorporação” para a construção da pujante economia nacional. Marx (1975) apresenta-nos as distintas maneiras pelas quais o capital pode extrair mais-valia de formas não capitalistas de produção: pensando no caso concreto do Brasil, a partir da urbanização e industrialização verificadas a partir do século XX, as camadas excluídas contribuem rebaixando os custos da reprodução da força de trabalho mediante o fornecimento de bens e serviços através de atividades informais precariamente remuneradas e pela pressão que exercem sobre o preço da força de trabalho, puxando-as para baixo<sup>29</sup>. Ademais, ao voltarmos os nossos olhares para o período escravista de nossa história, fica difícil precisar o significado daqueles trabalhadores livres para o processo de acumulação primitiva então em curso<sup>30</sup>.

Já politicamente falando, ao longo do período escravocrata e da *Casa Grande e Senzala*, os livres e pobres chegaram a sentir como reservatório de força política dos senhores de terras, sobretudo na figura do agregado, submerso em relações de tipo clientelistas com seus patrões<sup>31</sup>. Entretanto, não há como ignorar a participação destes elementos em alguns movimentos

---

<sup>25</sup> A respeito veja-se: Oliveira (1976), Kowarick (1985), Souza (1980), dentre outros.

<sup>26</sup> “(...) um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior”. (Cardoso, 1979, p. 103).

<sup>27</sup> Faoro (2001)

<sup>28</sup> Martins (2002) acredita ser completamente equivocada a expressão “exclusão social”. Para ele, o termo exato seria “inclusão precária”, pois assim, precariamente, tais trabalhadores participam na produção e no consumo da sociedade brasileira.

<sup>29</sup> Quanto a isto, ver Prandi (1978).

<sup>30</sup> Ribeiro (1997), em certa passagem, escreve que devemos destacar os pequenos negócios de subsistência, não pelo aspecto econômico financeiro, mas pela sua importância social, também chamado “criatório de gente”, dada a sua decisiva influência em nossa formação social.

<sup>31</sup> Ver Freyre (2006).



contestatórios da ordem estabelecida, já no século XIX<sup>32</sup>. Em um tempo mais próximo, a grande heterogeneidade do mundo do trabalho, representada pela “marginalidade urbana”, pode ser encarada como um dificultador da solidariedade de classe necessária para a organização política e sindical da classe trabalhadora. Moura (2008) desnuda tais empecilhos ao abordar as dificuldades enfrentadas pelo movimento operário em época de neoliberalismo, globalização e reestruturação política exatamente por conta da mesma fragmentação do mundo do trabalho levada a cabo pelas políticas referidas (no Brasil, a classe trabalhadora já se encontrava fragmentada, antes mesmo da dita “reestruturação capitalista”). Continuando com Moura (2008), este sublinha a incapacidade dos partidos de esquerda, sindicatos e movimentos incorporarem as bandeiras e aspirações desse referido contingente da classe trabalhadora.

Para finalizar, escreve-se o seguinte: considerado o seu peso frente à população nacional, o encaminhamento de reformas minimamente democráticas<sup>33</sup>, em nosso país, provavelmente deva passar pela incorporação desses “sujeitos fragmentados” nas lutas sociais do país, inclusive arrancando esta enorme massa de trabalhadores da influência das classes dominantes, que, em virtude de sua instável e precária situação socioeconômica, terminam por mais facilmente se inserirem em redes de pavor e clientela que sustentam a posição de domínio de alguns e, conseqüentemente, o status quo.

Para terminar, rapidamente, insere-se neste ponto um adendo acerca, do lugar ocupado, atualmente, pela proposta da economia solidária após dissertarmos sobre as origens históricas de nossa “exclusão social”. Werneck de Almeida (2007), depois de examinar ampla literatura sobre o tema, interpreta a economia solidária como sendo a mesma resultante das políticas neo liberais e da reestruturação produtiva, sobrevindas em todo mundo capitalista pós – crise de 1973. Sabe-se as conseqüências nefastas da reestruturação produtiva, e das política voltadas para a desregulamentação de mercado promovidos pelo neoliberalismo e seus representantes: aumento exponencial do desemprego; crescimento da informalidade e do trabalho precarizado; crise político ideológica dos partidos de inspiração operária e das organizações sindicais; aumento vertiginoso da pobreza e da desigualdade social e etc.. Com a política de geração de emprego e renda voltado para desempregados e trabalhadores precarizados (sejam eles vítimas dos processos desestruturante do mundo do trabalho, da mencionada reestruturação capitalista, sejam contingentes de trabalhadores historicamente marginalizados dentro de um padrão de desenvolvimento excludente igual ao brasileiro) e organização classista disposta a contrabalançar o reflexo sofrido pelo movimento operário nas ultimas décadas do século XX.

Em meio ao contexto brevemente exposto no parágrafo acima, aliado à histórica trajetória excludente vivenciada por amplos segmentos da classe trabalhadora nacional, conforme os relatos contidos em todas as paginas anteriores do presente escrito, as iniciativas de economia solidária, ao menos teoricamente, poderiam estar servindo a esses amplos contingentes de trabalhadores “excluídos”, tanto no que se refere à oferta de novas e melhores oportunidades de trabalho, quando pelo lado da organização sociopolítica destes cidadãos, de maneira autônoma, algo de considerável importância para a estrutura social brasileira, suas classes sociais e enfrentamentos políticos subjacentes.

### **Referências bibliográficas:**

ALENCAR, M. M. T.. *As Políticas Públicas de Emprego e Renda no Brasil do nacional-desenvolvimentismo ao nacional - empreendedorismo*. In: Elaine Rossetti Behring; Maria Helena

---

<sup>32</sup> Conforme Barbosa (2008).

<sup>33</sup> Dentro desta discussão, é válido citar Howtard (2003): “(...) as alternativas existem. Que sejam críveis não resta nenhuma dúvida. No fim das contas, sua realização está ligada à vontade de colocar em prática... Existem forças sociais capazes de carregar projetos alternativos a curto e médio prazos?...” (p. 392).

Tenório de Almeida. (Org.), Trabalho e Seguridade social: percursos e dilemas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2008, v., p.117-138

Alves, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.* São Paulo: Boitempo editorial, 2000

Barbosa, Alexandre de Freitas. » *formação do mercado de trabalho no Brasil.* São Paulo. Alameda, 2008.

Cardoso, F.H.; Faletto, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* 1979.

Cattani, António David (org). *A outra economia.* Porto Alegre, Veraz editores, 2003

Conh, Gabriel (org). *Max Weber.* 53 ed, coleção Os grandes cientistas sociais. São Paulo : editora Ática, 1991

Faoro, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político* bras/7e/ro. 3aed. Editora Globo, 2001

Fernandes, Luís. *Neoliberalismo e reestruturação capitalista.* [n: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. 3a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996

Freyre, Gilberto. *Câsa-grafide e senza/a.* 48aedição, São Paulo, Global editora, 2006.

Holanda, Sérgio Buarque *de. Raízes do Brasil.* 26aed. São Paulo, companhia das letras, 1995.

Ianni, Otávio. *Pensamento social brasileiro.* Edusc, 2004.

Júnior. Caio Prado. » *formação do Brasil contemporâneo.* 23aedição, 7\* reimpressão. São Paulo. editora Brasiliense, 2004.

Kowarick. Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina* ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1985.

----- *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil* 2aed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

LEAL, Victor Nunes. (1948), *Coronelismo, Enxada e Voto.* Rio de Janeiro, Forense.

Martins, José de Sousa. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.* Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Marx, Karl. *O Capital. Cap. VI (7<sup>o</sup> éd/fo).* Publicações Escorpião, Porto, 1975.  
*A ideologia a/emã, ln.: Obras escolhidas. Tomo I.* Lisboa. edições Avante, 1982.

Moura, Jefferson Davidson Dias de Moura. *Os novos movimentos de classe: reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros*. In: Revista em pauta, nº21, 2008.

Oliveira, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 2ª ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1976

PRANDI, Reginaldo.. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: editora Símbolo, 1978.

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. 10ª reimpressão. Companhia das letras. São Paulo, 1995.

Singer, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo, 2002.

Souza, Paulo Renato. *Emprego, salários e pobreza*. HUCITEC-FUNCAMP. São Paulo, 1980.

TAVARES, M. A. ; ALVES, M. A.. *A DUPLA FACE DA INFORMALIDADE DO TRABALHO: Reimpressão 2*. In: RICARDO ANTUNES. (Org.). *RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL*. 1 ed. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2009, v.01.

Teixeira, Francisco J.S.; Oliveira, Manfredo Araújo de (orgs). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora, 1998

Howtard, François. *Os projetos e os níveis de alternativas*. In.: *Mundialização das resistências. O estado das lutas em 2003*. Orgs.: Amin, S. e Howtard F. Cortez editora, 2003.

Werneck de Almeida, Everton. *Coopergatos, cooperfraudes e falsas cooperativas: um estudo sobre economia solidária e reestruturação capitalista*. UFF, Niterói, 2007